



BRAZILIAN PAPERS EM PÁGINAS ESTADUNIDENSES DURANTE O REGIME MILITAR

Daniel Azevedo Muñoz¹

RESUMO: Este artigo visa apresentar como os veículos de mídia brasileiros apareceram na cobertura dos principais jornais e agências de notícias internacionais que trabalharam no país durante os anos do Regime Militar (1964-1985). Com este trabalho historiográfico, a pesquisa apresentada permite que se ampliem estudos sobre: as distinções entre os métodos de censura aplicados a veículos nacionais e internacionais; o decorrer das mudanças nas políticas externas brasileiras e estadunidenses ao longo dos 21 anos de ditadura, refletidas no jornalismo transnacional; a evolução midiática nacional e sua influência política, considerando as alterações no modelo jornalístico, outorgadas pela realidade da Guerra Fria. Este artigo ambiciona uma proposta interdisciplinar e transnacional para o objeto oferecido.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo Internacional, Ditadura Militar Brasileira, Censura, História da Mídia, Guerra Fria.*

ABSTRACT: This article aims to present how the Brazilian media outlets appeared in the coverage of the main international newspapers and news agencies that worked in the country during the Brazilian Military Regime (1964-1985). With this historiographic effort, this research allows studies about: the distinctions between methods of censorship applied to national and international media outlets; the evolution in the changes of Brazilian and American foreign policies into the 21 years of the dictatorship, reflected in transnational journalism; the development of Brazilian national media and its political influence, including the forced alterations on its journalistic reality by the Cold War logics. These objectives wish to allow a multidisciplinary and transnational research.

KEYWORDS: *International Journalism, Brazilian Military Dictatorship, Censorship, Media History, Cold War.*

¹ Doutorando em História Contemporânea pela Escuela de Doctorado da Universidad Autónoma de Madrid, realizando um estágio doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Mestre em História Contemporânea pela Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Autónoma de Madrid. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: danielmunoz321@gmail.com

Introdução

Estudos sobre o papel da mídia brasileira durante os anos do Regime Militar (1964-1985) são numerosos, alguns utilizando-se dos jornais como fontes complementares para construir uma historiografia da própria ditadura, outros contando a própria História da Mídia deste período. Dentre estes, pode-se destacar as obras dos professores Bernardo Kucinski (2018) e Beatriz Kushnir (2004), com diferentes abordagens no estudo dos veículos alternativos e da mídia tradicional, sempre correlacionando-os com as ações do Estado dos militares perante a atuação de jornalistas e veículos de imprensa. Além disso, deve-se também contemplar a obra de Nelson Werneck Sodré (1983) sobre a História da Mídia no Brasil. Entre aqueles que usaram os jornais brasileiros como fontes de construção historiográfica, destaca-se a coleção de livros de Elio Gaspari (vol. 1, vol. 2, vol. 4, vol. 5, 2016) e uma notável obra de Daniel Aarão Reis, em suas duas versões consultadas para este trabalho².

Em conjunto com a minha tese (sendo desenvolvida durante o período de escrita deste artigo), onde realizo um esforço historiográfico para que se possa construir uma História das Relações Internacionais dos anos militares do Brasil, especialmente destacando o importante papel das fontes de jornalismo histórico e sua influência nas políticas externas daquele momento, além da construção da opinião pública norte-americana sobre o governo dos generais brasileiros, junto-a à base bibliográfica citada anteriormente para compor este artigo. Este texto trata-se de uma documentação da presença da mídia brasileira na labor jornalística estrangeira que ocorreu no país entre 1964 e 1985.

Apresenta-se um compilado de fontes históricas e análises pertinentes a partir especialmente de materiais das agências de notícias estadunidenses e dos artigos de correspondentes do *New York Times* (NYT). A escolha dos veículos se deu especialmente devido à relevância de sua presença no país, considerando as distinções

² A obra de Reis citada é **Ditadura e Democracia no Brasil**, publicada pela editora Zahar (2014). Ressalta-se que se analisa também sua versão anterior, acompanhada à época do título **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**, também com publicação pela Zahar (2000). O motivo para que se considere as duas versões deste texto de Reis, especialmente o material de 2000, é justamente para que possamos contemplar a evolução da labor do historiador perante tal tema e a atualização de suas fontes durante o período de contínua investigação.

entre suas formas de trabalho e as especificidades da cobertura do NYT, único jornal estadunidense que manteve um correspondente e um escritório aberto no país durante todo o período de estudo. As especificidades destas coberturas são consideradas especialmente para que se possa analisar o conteúdo das mesmas, considerando o contexto e as condições nas quais foram desenvolvidas. Informações sobre como este trabalho ocorria vem especialmente de depoimentos colhidos com jornalistas que trabalhavam na época nestes veículos, com destaque aos relatos do correspondente estadunidense Joseph Novitski³.

A discussão levantada é de como a mídia brasileira servia desde fonte até objeto de análise por parte dos correspondentes norte-americanos, que observavam de maneira semi-externa o seu trabalho baixo a censura e as perseguições vigentes durante a ditadura. Claro que deve-se considerar que esta teve distintas faces para os jornalistas estadunidenses, do que se observava no caso de seus colegas “locais”. Todavia, a eficácia dos cerceamentos foi também real para os estrangeiros e pode-se observar que mesmo as técnicas mais brandas e indiretas dos militares para com estes correspondentes afetou por fim o resultado de suas coberturas.

192

Além disso, se ambiciona utilizar-se deste estudo para compreender melhor como eram tomadas as decisões editoriais tanto dos jornais nacionais, como dos correspondentes estrangeiros, reagindo ao cenário de autocracia e propaganda de Guerra Fria, em ebulição ao redor de suas labores. Tal entendimento também clarifica o papel da imprensa como ferramenta de análise e de influência nas relações internacionais entre o Regime Militar e seu principal aliado, os Estados Unidos. A capilaridade e potência de discursos ideológicos e construções históricas de cada país/governo nas diversas coberturas jornalísticas se mostra no material analisado.

³ As entrevistas citadas foram realizadas pelo próprio autor, com Mery Galanternick, jornalista brasileira que trabalhou no escritório do NYT no Rio a partir de 1966 e seguia no seu posto até o final do período estudado (entrevista realizada em múltiplas datas entre 10 de março e 9 de abril de 2020); e com Joseph Novitski, correspondente que trabalhou durante os anos “mais duros”, de 1969 a 1972 (entrevista realizada em múltiplas datas entre 2 de abril e 9 de agosto de 2020).

Tipos de censura e distinções entre sua aplicação a jornalistas locais e internacionais

Relatos de Novitski demonstram que tal censura ao trabalho dos ianques no Brasil começou com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que justamente vinha para institucionalizar esses poderes “excepcionais” da ditadura, e por conseguinte, permitir que os cerceamentos se incrementassem, especialmente nos veículos nacionais. Durante o decreto do AI-5, e os dias intensos que se seguiram, o número de notícias sobre o Brasil nas páginas norte-americanas se multiplicou, com o destaque ao sinal claro de censura deixado pelo NYT com seu relato:

“According to reports reaching New York, military censorship has been imposed on the dispatches of foreign correspondents as well as on the national press. Army censors were posted yesterday at all newspapers offices, radio and television stations and cable offices. An attempt to telephone a dispatch to The New York Times from Rio de Janeiro was unsuccessful. The connection was broken after these words:

‘In a weekend of perfervid activity, President Arthur da Costa e Silva re-established a military dictatorship in Brazil after four years of attempting a transition to democracy.’

‘The President, with the backing of the armed forces...’⁴

193

A notícia demonstrava que os esforços para limitar as informações sobre as ainda contínuas detenções, a esta altura já três dias após a instauração do AI-5, seguiam. As reticências de uma chamada ao telefone⁵ diziam muito aos leitores nova-iorquinos. A notícia também relembra a narrativa aplicada durante todo este primeiro período do Regime, no qual se relatou que Castello Branco alimentou a ideia de que chamaria eleições “assim que fosse possível”. Contudo, o próprio NYT já havia criticado a “curva” que o primeiro general presidente havia tomado, dizendo que o “líder revolucionário” havia enterrado seu currículo com o desenvolvimento de uma autocracia⁶.

⁴ “Arrests by Brazil in Political Crisis Put in Hundreds”, The New York Times. 16 de dezembro de 1968. p. 1.

⁵ Lembrando-se que na segunda metade da década de 1960, no Brasil, eram poucos os locais com telefone e tratava-se de um serviço muito caro.

⁶ Juan de Onís, “Legacy in Brazil: An Official Party”, The New York Times. 31 de julho de 1966. p. 24.

Nesse cenário, a menção ao passado servia quase que para enfatizar como esse momento realmente era um “Golpe dentro do Golpe”, decretando a vitória da autocracia no Regime. Na nota publicada, fala-se de censores militares alocados em escritórios de imprensa de todos os tipos, contudo, as características destes oficiais eram distintas. Enquanto nas publicações nacionais, os censores literalmente “canetavam” o conteúdo, com os gringos a abordagem estava mais focada em “impedir o envio”, literalmente colocando um oficial à paisana para bloquear o uso das máquinas de Telex⁷. Contudo, este oficial foi prontamente “retirado” pelos militares, quatro dias após a notícia “cortada” chegar às páginas novaiorquinas, em um intento de limpar a imagem do governo brasileiro e recuperar algo de prestígio perante a opinião pública do seu principal aliado ao Norte⁸. O malabarismo entre cercear ou não os veículos internacionais seguiu no governo dos generais, que voltara a colocar o oficial à paisana para bloquear o Telex em momentos em que acontecimentos graves poderiam gerar notícias que os fossem desfavoráveis para com a opinião pública dos EUA⁹.

Os anos de “revolution” – a presença de jornais brasileiros na cobertura internacional anterior à instauração do AI-5

194

A primeira menção a um jornal brasileiro como protagonista de uma notícia que apareceu na cobertura estadunidense veio em uma curta nota da *Associated Press* (AP), em 12 de novembro de 1966¹⁰. O assunto era a suspensão da publicação da *Tribuna da Imprensa*, anunciada no sábado e que se manteria até a próxima quarta-feira, dia 16, um dia após o feriado de Proclamação da República. O motivo era a cassação dos direitos políticos de seu editor e dono, o jornalista Hélio Fernandes, na onda de depurações que Castello Branco levava ao Congresso Nacional.

Poucos meses depois, com o início do ano de 1967, a ditadura forçava a sua nova Constituição ao país, uma vez que havia quebrado a autonomia dos outros dois

⁷ Relato de Joseph Novitski, em entrevista ao autor, *op. cit.*

⁸ Paul Montgomery, “Military Regime in Brazil Eases Its Censorship”, *The New York Times*. 21 de dezembro de 1968. p. 6.

⁹ Relato de Joseph Novitski, em entrevista ao autor, *op. cit.*

¹⁰ “Brazilian Paper Suspends”, *Associated Press*. 13 de novembro de 1966.

poderes outrora independentes, o legislativo e a Suprema Corte. Junto dessa nova carta constitucional, havia uma legislação para regular a imprensa e o trabalho jornalístico no país. Neste momento, os meios internacionais já haviam começado a ecoar críticas aos posicionamentos autocráticos de Castello Branco e sua relutância em chamar a tão prometida eleição¹¹.

Os jornais brasileiros seguem aparecendo como personagem das coberturas internacionais. Em outro exemplo, temos uma notícia de quatro parágrafos, da Reuters, de 6 de janeiro de 1967. Nela, a agência de notícias britânica relata a paralisação organizada pelos jornalistas brasileiros, como uma “greve de dez minutos”, em repúdio às novas regulamentações de mídia dos militares. Os correspondentes utilizaram esta história como gancho para noticiar a insatisfação de seus colegas locais com a já denominada “Lei da Mordça”. A principal fonte da notícia foi Julio de Mesquita Filho, que aparece como diretor do Estado de São Paulo e também presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa¹². Mesquita Filho é retratado quase como um apaziguador, que relata ter visto “sinais de recuo” por parte de Castello Branco e que acreditava que os protestos tinham tido sucesso. A lei, contudo, foi implantada na Constituição do Regime.

195

1968 chegou com a crescente radicalização da “linha-dura” dos militares, com isso aparecendo também os atentados diretos à imprensa por parte de todos os espectros políticos. Enquanto a ditadura ambicionava ampliar sua censura, que já vinha evoluindo, os grupos de esquerda radicalizada viam em jornais como o Estado de São Paulo arautos da promoção do Regime que viviam, já que participaram do processo de derrocada de Goulart, com a construção da narrativa que levou o Golpe a justificar-se. Assim, observamos o caso da bomba que explodira no Estadão, que tinha como origem a ação do grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), através do guerrilheiro urbano Pedro Lobo de Oliveira (LAQUE, 2010). Essa ação foi noticiada pela *United Press International* (UPI), em curta nota que explicava o dano patrimonial ao jornal paulistano, além dos ferimentos sofridos pela única vítima, o porteiro, que sofreu cortes

¹¹ Os editoriais do NYT são um ótimo exemplo para se observar essa mudança na forma como o governo de Castello Branco era retratado, com a evolução de seu autoritarismo.

¹² “Newsmen in Brazil Protest Press Bill”, Reuters. 6 de janeiro de 1967.

por estilhaços de vidro. A cobertura relembra que as explosões como tática de ação política cresciam, sendo a quarta noticiada desde o ataque à biblioteca do *United States Information Service*, um pouco mais de um mês antes¹³.

Por mais que anteriormente ao AI-5 as críticas já apareciam perante o governo militar no Brasil, também se dava mais crédito ao seu discurso de luta “anticomunista”, naturalmente trazendo destaque a coberturas em ações de grupos de esquerda. Um pouco antes da instauração do “Golpe dentro do Golpe”, os ares já mudavam, como se observa na ênfase da notícia da explosão que agora era no Correio da Manhã. A nota era da AP, chamava o jornal de “*leftist*” e explicava que o dano havia sido também majoritariamente material, além de ferimentos leves em um transeunte que passava pela cena durante o impacto¹⁴. O Correio havia acusado o próprio Regime pelo atentado, mesmo que indiretamente, o que lhes custou mais ainda numa situação onde já estavam sendo perseguidos pelos militares:

“Já se sabe o que o Governo vai dizer. Dirá que nada tem a ver com o duplo atentado de ontem, cometido às mesmas horas da madrugada, contra o CORREIO DA MANHÃ e a Faculdade de Ciências Médicas. Dirá, também, que investigará a sua autoria e punirá os terroristas. Não investigará. Não punirá.

(...)

Não investigou os atos de terrorismo praticados contra o *Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Considerou a todos atos de rotina – a rotina da anarquia, implantada no País.

Faltará, portanto, à verdade ao tentar isentar-se de suas responsabilidades diretas na criação do clima de insegurança nacional a que, pela sua inércia, a sua omissão e inconsciência fomos lançados. O Governo não é inocente. É cúmplice. Governo que se exonera do dever elementar de oferecer segurança aos que trabalham, é poder marginal – associa-se ao crime. Não adianta dizer que a avalanche dos atentados é deflagrada pelo radicalismo de direita ou de esquerda. Adianta constatar que o Governo, que dispõe de colossal instrumento de informação, de gigantesco aparelho policial e de formidável aparato de espionagem, só usa esse instrumental para a prática de intimidação psicológica de seus adversários políticos, transformando simultaneamente os seus serviços secretos e não secretos em linha auxiliar do terrorismo. Mais do que indiferença, há, no comportamento do Governo, estímulo à violência. Há conivência.

¹³ “Blast Damages Brazil Paper”, United Press International. 21 de abril de 1968.

¹⁴ “Leftist Paper Bombed in Rio”, Associated Press. 8 de dezembro de 1968.

Essa convivência, que a impunidade põe à prova, que a omissão comprova, espantosamente é assumida por um Governo que a toda hora se jacta de ter restabelecido a ordem no País. Não a restabeleceu. Incrementou a desordem. A desordem, esta, que está nas ruas, em cada bomba que explode. A desordem nos espíritos, reflexo da insegurança que é hoje o único sentimento dominante, no País. A desordem institucional, na investida contra o Poder Legislativo. A desordem religiosa, na perseguição à Igreja. A desordem material, nas arremetidas contra bancos e quantos produzem e trabalham. A ofensiva contra a Imprensa coroa essa marcha batida para o caos. O CORREIO DA MANHÃ, com a sua longa história de luta contra a prepotência, onde quer que ela se manifeste e como se manifeste, não se preocupa em denunciar ao País os agentes secundários do terror. Aponta à consciência nacional o responsável direto pelo terrorismo: o presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva.”¹⁵

Aos olhos dos correspondentes estadunidenses, o jornal era uma expressão “de esquerda”, porém apenas representava na realidade a elite liberal carioca¹⁶, longe de ser uma publicação “comunista”¹⁷.

O jornal ainda apareceu mais uma vez na cobertura internacional, como a expressão de uma “oposição” ao governo dos generais¹⁸. Já após a instauração do AI-5 e o princípio do frenesi de autoritarismos, que levaria também à entrada oficial de militares nas redações, para realizar a censura prévia de tudo que poderia ser publicado, o Correio aparece de novo. Neste momento, sua menção pela imprensa inglesa veio em uma nota em que se relatava que o jornal enaltecia Costa e Silva por sua crença na “liberdade de imprensa”, o que havia causado estranhamento nos correspondentes que a levaram ao público internacional, fazendo com que lembrassem que a censura estava assolando o veículo, além de que tinha ocorrido a detenção de seu editor, Osvaldo Peralva¹⁹.

¹⁵ “O Responsável”, Correio da Manhã. 8 de dezembro de 1968. p. 1. Grifos e destaques são do documento original. Preserva-se a grafia do português da época.

¹⁶ A descrição da ideologia do Correio da Manhã é de Elio Gaspari, *op. cit.*

¹⁷ A terminologia “*leftist*” naquele momento não implicava uma acusação de comunismo *per se*, com a mesma intensidade que o termo “*red*”, porém já indicava num contexto de Guerra Fria um juízo de valor político sobre um possível alinhamento com forças consideradas “subversivas” no contexto da época.

¹⁸ A notícia em que o Correio da Manhã foi descrito como “*opposition newspaper*” foi: “Paper in Brazil Predicts Purge in Ruling Alliance”, Reuters. 21 de dezembro de 1968.

¹⁹ “Opposition Paper Quotes Costa e Silva on Free Press”, Reuters. 29 de dezembro de 1968.

Já em 1969, o Correio seguia em sua empreitada para incomodar, abusando de uma retórica de Costa e Silva, sobre o “fim da censura”, para tentar atacar o general por sua hipocrisia. Contudo, as forças estatais impediram que essa edição visse a luz do dia²⁰. O general brasileiro estava tentando usar desta retórica para reparar um pouco do dano internacional feito pelas suas ações autocráticas em dezembro de 1968, porém não podia suportar que um jornal nacional usasse disso para atrapalhar mais seus planos de controlar o discurso que circulava na nação. Quem conseguiu noticiar isso aos EUA foi o NYT:

“Political and military police invaded the offices of the newspaper Correio da Manhã here this morning and prevented distribution of today’s issue.

A dozen agents of the Department of Political and Social Order and the Federal Police surrounded the office of the morning paper before dawn and prohibited circulation of any of today’s editions. The banner headline on the front page was ‘Press Censorship Abolished’.

This evening Mrs. Niomar Bittencourt, president of Correio da Manhã and widow of the paper’s publisher; Osvaldo Peralva, the editor, and two other officials of the paper were detained for questioning by the police.

The four newspaper officials were being held incommunicado tonight by the military. A spokesman for the paper said it would appear tomorrow, this time following the guidelines laid down by the regime.

When President Arthur da Costa e Silva and his military regime suspended the national Congress and assumed rule by decree Dec. 13, military censors were established in all the newspapers in the country. In the last two weeks the regime has been removing them.”²¹

198

Segundo Gaspari (vol. 2, 2016), os ataques ao jornal se concretizaram através da “destruição” de sua proprietária, detida pela ditadura. Niomar Moniz Sodré Bittencourt era uma mulher da alta classe, uma das convidadas de honra de Castello Branco quando a rainha britânica Elizabeth II visitara o país, contudo:

“No dia seguinte à sua prisão, Niomar foi levada para o depósito São Judas Tadeu, cárcere de ladras, toxicômanas e prostitutas. Lá, quiseram obrigá-la a vestir uniforme de presidiária. Tomaram-lhe os direitos políticos, cortaram-lhe a propaganda oficial (equivalente a mais de um terço do conjunto do mercado publicitário) e suspenderam a circulação do Correio por cinco dias (...). Estava quebrada a espinha do Correio, o jornal que por cinquenta anos confundira-se com a elite liberal do Rio de Janeiro.” (GASPARI, vol. 2, 2016).

²⁰ “Police Bar Issue of Rio Newspaper”, The New York Times. 7 de janeiro de 1969. p. 18.

²¹ *Ibid.*

“Military dictatorship” – os anos mais duros da censura

Com o Correio “quebrado”, outros jornais brasileiros foram aparecendo como personagens da cobertura estrangeira do período de mais explícita violência e censura por parte da ditadura, os tempos da Junta Militar e de Emílio Garrastazu Médici. A primeira aparição foi do Jornal do Brasil (JB), lembrado mais uma vez pela Reuters, agência que já se tornara referência neste tipo de coberturas:

“The prestigious Jornal do Brasil ignored Government censorship regulations today and published an editorial calling for a restoration of democracy as the only solution for subversion, terrorism, and violence.

A year ago, the newspaper said, the country departed from the road of democracy, when former President Arthur da Costa e Silva abolished parliamentary rule.

The newspaper appealed to the honor of the army officers who now rule the country, saying they would not allow Brazil to be placed in ‘the grotesque strait-jacket of comic-opera dictatorial regimes which are the object of derision in the civilized world’.

It called for the repeal of a decree that gave the Government total powers on Dec. 13, 1968. The paper said the order had led to an explosion of subversive violence and terrorist acts.”²²

O JB atacou a política dos militares, porém com uma roupagem mais branda em comparação com as críticas demonstradas pelo Correio. O jornal carioca fez questão de criticar em conjunto às ações do governo e a subida na violência dos grupos de resistência, identificados de maneira sincronizada à ideologia da ditadura como “terroristas”. Apelando para a honra dos militares, também se isentava de reconhecer seu apoio inicial ao Golpe, afinal podia-se apoiar no fato de que se esperava mais de Castello Branco. A posição do JB acaba sendo desagradável também ao governo, porém demonstra principalmente como a tática anterior de ataque sistematizado a veículos que ofereciam críticas mais severas serviu para abrandar mesmo os discursos contrários à ditadura. Vale o destaque de que a posição do jornal carioca também se assemelhava muito a uma visão sendo construída na época por pensadores estadunidenses de viés democrata, que ambicionavam entender os erros da política de John F. Kennedy, a *Alliance for Progress*. A avaliação entre esse setor da política estadunidense era de que

²² “Brazilian Paper Urges a Return to Democracy”, Reuters. 13 de dezembro de 1969.

as ações externas de Kennedy e posteriormente de Lyndon B. Johnson acabaram por transformar o Brasil num país de direitas militares autoritárias no poder e esquerdas cada vez mais revolucionárias, na clandestinidade e na luta armada. Estas que obviamente eram temidas porque não somente se imaginava que queriam o fim do Regime, mas também a instauração de um Estado Socialista. Sobre as características e os resultados da política da *Alliance*, o trabalho de Michael Dunne (2013) se destaca. Para uma explicação mais completa sobre os erros e derrotas deste ideário, a obra que melhor os trata é de Juan de Onís (que também havia sido correspondente estadunidense no Brasil) e Jerome Levinson, *The Alliance that Lost its Way: A critical report on the Alliance for Progress* (1970).

A AP voltaria a trazer o JB como um personagem para denunciar a censura da ditadura brasileira, quando o jornal carioca “vazou” as falas do então senador Danton Jobim, sobre o Brasil “simplesmente não ter liberdade de imprensa”, como havia sido relatado em reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, que ocorrera no Chile. Como o país andino era governado pelo socialista Salvador Allende, isso acrescentava peso ao teor político de tal informação²³.

200

Outro caso notável foi a referência à revista *Veja*, relatada por Novitski ao NYT. Seu artigo foi longo e emplacou a página sete do rotativo nova-iorquino, denunciando a censura logo no título e afirmando em linha-fina que oficialmente o Regime negava que esta existia²⁴.

“While officially there is no Government censorship of the Brazilian press, this week’s edition of the weekly news-magazine *Veja* was reviewed by two army commands and the Brazilian Federal Police before it was allowed onto newsstands across the country today.”²⁵

O estadunidense chegou a oferecer a precisão de que os militares haviam cortado 450 palavras de texto da *Veja*, especificamente material que falava sobre o papel das Forças Armadas na política do país. Novitski relatou que os editores confirmavam que

²³ “Rio Paper Prints an Attack by Senator on Censorship”, Associated Press. 21 de outubro de 1972.

²⁴ Joseph Novitski, “Brazilians Curb News Magazine”, The New York Times. 5 de janeiro de 1970. p. 7.

²⁵ *Ibid.*

os mesmos agentes do Estado já haviam censurado publicações antes²⁶. Juntou na mesma cobertura os relatos sobre torturas denunciadas, acabando por criar um grande artigo incômodo aos generais brasileiros.

Contudo, tal reportagem custou muito a Novitski, conforme ele mesmo relatou posteriormente:

“(...) I was in the Veja newsroom one night waiting for friends there to go out to dinner together, and I watched a ‘tenente coronel’ censure that edition of the magazine. I wrote about that and the editor never forgave me. ‘You can take the next plane out,’ he told me. ‘We have to live here, with our families.’ And that is a very telling point.”²⁷

Dois anos depois, Novitski ainda estaria denunciando que forças estatais ainda censuravam jornais como uma prática recorrente. O correspondente mandou um longo artigo ao NYT, onde informava sobre censores previamente aprovando ou recusando edições do Estadão. Na notícia, contava-se que a desculpa do governo de Médici era de que o jornal havia violado uma explícita regra sobre especulação de quem seria o próximo presidente do país²⁸. A simples justificativa do governo confirmava a falta de transparência dos processos políticos militares e acrescentava uma nova camada de hipocrisia em suas defesas perante os estadunidenses, para os quais ainda tentavam vender que o Brasil era uma democracia. A notícia também destacava para os leitores nova-iorquinos o quão custoso era para um veículo brasileiro desafiar as ordens de seu governo:

“O Estado de São Paulo is a conservative but independent newspaper that publishes about 150,000 copies daily in São Paulo, Brazil’s largest and richest city, and circulates nationwide. It is a rich newspaper, but Brazilian editors say that few papers can hold out against the threat of confiscation. Once printed, they say, a newspaper represents an investment that must be sold. If it cannot be sold the cost of salaries and paper, as well as advertising fees that must be reimbursed, represent a heavy economic loss. The threat of economic loss caused by seizure of a printed paper is the Government’s ultimate weapon. More subtle pressures are normally applied to shape information that is available to the public.”²⁹

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Relato de Joseph Novitski, em entrevista ao autor, *op. cit.*

²⁸ Joseph Novitski, “Brazil Cracks Down on Paper Defying Censorship”, *The New York Times*. 31 de agosto de 1972. p. 12.

²⁹ *Ibid*.

A cobertura mostrou também como estas práticas de censura por “extorsão” dos veículos criou uma característica de autocensura nos profissionais de imprensa, esta que foi posteriormente descrita por Cremilda Medina (2006) e Kucinski (1998). O artigo estadunidense explica:

“(...) The price for removing censors, a news magazine discovered recently, was to establish self-censorship, according to members of the staff, who declined to have their magazine publicly identified.”³⁰

A reabertura e os momentos finais do Regime

Com a mudança na situação da ditadura brasileira pela ascensão de Ernesto Geisel e os princípios de uma ideia de “reabertura”, pensada pelo general presidente e seu general assessor Golbery do Couto e Silva, esperava-se um breve momento em que a censura poderia deixar de ser a pauta principal na cobertura dos “gringos”. De certa forma, se atingiu o objetivo de que essa pauta já não figurava tanto nas chamadas quando se mencionava os veículos brasileiros, porém o assunto não desapareceu.

Observa-se um grande artigo do NYT, escrito pela nova correspondente que substituíra Novitski, Marvine Howe. Basicamente era uma cobertura dedicada aos cem anos do Estado de São Paulo, que acabou por engradecer profundamente o jornal paulistano. Ao lado de uma enorme foto de Mesquita Neto, a correspondente anunciava em linha fina que o Estadão “lutava pela liberdade” de maneira “respeitável”³¹. O governo aparece referenciado pela censura, porém com menos destaque.

Howe escreve de modo a afagar a história dos Mesquitas para um ideário estadunidense que estaria lendo, ao mesmo tempo que oferece críticas dentro de uma lógica brasileira, o que fora um estilo de jornalismo muito realizado à época por Onís e Novitski. Percebe-se que ela destaca as falas de Mesquita Neto sobre a tradição jornalística de respeitar “liberdades e direitos humanos”, ao mesmo tempo que ressalta que sua origem está longe de uma tradição “revolucionária de esquerda”, tendo

³⁰ *Ibidem.*

³¹ Marvine Howe, “Top Newspaper in Brazil is 100”, The New York Times. 24 de dezembro de 1974. p. 4.

inclusive escrito que o grupo havia apoiado a ruptura democrática de 1964³². Estes trechos acabam tendo significados muito ambíguos dependendo do referencial do leitor, especificamente considerando o grau alto ou baixo de familiaridade deste com a situação brasileira.

O artigo também destacou o histórico “anti-esquerda” do jornal, além das já usuais críticas de outros veículos e profissionais, sobre o excesso da influência da filosofia “familiar” no Estado e sobre sua “falta de objetividade”. Lembrou-se também que o prédio do jornal era um local tido como “favorito” para protestos estudantis e que a publicação não respeitava a integridade de textos de agências de notícias, os “editando” a gosto. Atentados que o Estadão sofrera durante os anos mais duros da ditadura também foram recordados³³.

“(…) In recent years, however, the newspaper’s image is that of the leading champion in the fight for democratic freedoms. Former critics ignore O Estado’s conservative policies and praise the Mesquitas for their long fight against dictatorships – particularly the present authoritarian Government run by military.”³⁴

Howe não deixou de mencionar que o Estado naquele momento era o maior jornal em circulação no continente, com média de 198 mil cópias em dias regulares e 300 mil em domingos. A correspondente lembra que os Mesquitas eram donos também do Jornal da Tarde, da Agência Estado e da Rádio Eldorado³⁵. O final do artigo revela a intrínseca ambiguidade do jornal naquele período, inclusive perante sua relação com o Regime, que neste momento tanto atacava:

“The big challenge now is censorship, according to the publisher. Government censors have been a nightly fixture in the composing rooms since August, 1972, because the Mesquitas will not agree to self-censorship, which most other Brazilian papers accept. When Gen. Ernesto Geisel took office as President last March, he let it be known that he favored liberalization. His Minister of Justice, Armando Falcão, who is a friend of the Mesquitas, told them on several occasions that the new President was against censorship and would end it. In recent months, however, the censorship has gotten worse, according to the Mesquitas.

³² *Ibid.*

³³ *Ibidem.*

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibidem.*

Ruy Mesquita, publisher of *Jornal da Tarde*, concedes that 90 per cent of the news staff of *O Estado* are leftists, at least by his definition, but stresses that they know the limits. The paper has become a kind of political refuge, for, as Mr. Mesquita said, 'Father laid down the line after his own exile in Argentina during the Vargas years: When a political exile knocks on the door, don't ask is he's a Fascist, Communist or democrat. Take him in.'

'There's prestige working for *O Estado*', said the city desk editor, Antonio Carlos Pereira, 'Most of us feel involved in the fight for freedom and against corruption and social injustice.'"³⁶

Os intentos de criar um ambiente mais palatável de “reabertura” por Geisel falhavam. Os jornalistas estadunidenses não queriam dar louros ao general pelos poucos esforços realizados e não deixavam sua autocracia fugir da pauta. Em 1975, outro acontecimento trouxe de volta uma cobertura muito negativa à ditadura, mais uma vez usando-se do jornalismo brasileiro como protagonista para noticiar aos estrangeiros. Trata-se da cobertura do assassinato de Vladimir Herzog pelas forças do Estado.

A notícia veio pela AP, em um artigo mais longo do que era o comum da agência. Na abertura, a nota afirma que o “suicídio” de Vlado era apenas um discurso que saía das fontes oficiais, seguindo por informar que a onda de protestos e insatisfações com o ocorrido era extensa. Já seguindo a tradição de não identificar os jornalistas, artigos e editoriais consultados como fontes (para minimizar as represálias da própria ditadura aos mesmos), a cobertura continua com múltiplos relatos de dúvida e ultraje perante o caso. Destacou-se a frase do jornalista Marco Antônio Rocha, do Estadão, de que não esconderia de que estava “com medo”³⁷. Os militares não sucumbiram e mantiveram seu discurso, não deixando de convocar os nomes que teriam sido mencionados no suposto “bilhete de suicídio” de Herzog, onde teria “entregado” companheiros “comunistas”. Simultaneamente, uma curta nota da UPI mencionava que os protestos estudantis da Universidade de São Paulo, onde lecionava Vlado, contavam também com a presença dos professores da instituição³⁸.

Com a chegada dos anos de João Baptista Figueiredo, uma última menção a um veículo brasileiro aparece em um distinto e longo artigo, do último correspondente do NYT a trabalhar em anos de ditadura, Alan Riding. O personagem era a Rede Globo.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ “Death of Newsman Held by Army Stirs Brazilians”, Associated Press. 30 de outubro de 1975.

³⁸ “Professors Join Protest”, United Press International. 30 de outubro de 1975.

Tratada com destaque, a cobertura iniciou-se citando as características nacionais da emissora e como ela havia revolucionado o consumo de mídia dos brasileiros. Todavia, o jornalista estadunidense não deixou de mencionar a relação da empresa com o Regime:

“(...) For years, to the frustration of opposition groups, the network justified and legitimized a succession of military governments. And through direct control of news and indirect messages scattered within other programs, it molded political opinion.

‘It has had a tremendous impact’, a Government official in Brasilia noted. ‘For a long time its news was censored, but self-censorship later proved just as effective. Until now, it has played a very conservative role as a defender of the regime.’³⁹

O indicativo era de que o modelo da Globo, de autocensura combinada com boa relação com governos conservadores, até os ditatoriais, se tornara o hegemônico para o jornalismo no país. O artigo insinuava que a rede sobreviveria à transição para a democracia.

Neste momento de abertura “lenta”, que não admitiria “retrocessos”, a Globo tinha destacada uma surpresa em seu posicionamento. Ao se mencionar na cobertura a iminência das eleições que permitiriam a ascensão de um civil ao poder depois de vinte e um anos de governo militar, a rede de televisão foi mencionada como uma apoiadora da ideia de ter Tancredo Neves presidente. Riding escreveu que tal decisão de Marinho causara surpresa, porém estava perfeitamente de acordo com uma visão de manutenção do seu espaço de influência política, conquistado durante estes anos finais da ditadura.

Uma análise mais profunda da própria cobertura de Riding indica um motivo pelo qual a Globo declarou sua posição e decidiu escolher seu “candidato”:

“Globo at first ignored a popular movement calling for direct presidential elections early this year. But so strong was the campaign and so great the protests at its self-censorship that the network suddenly began covering the demonstrations, in the process magnifying their importance.

‘When the campaign began, we decided to cover it locally but not on the network news’, Mr. Marinho said in an interview in his office, which, at the age of 80, he still attends daily. ‘But then we felt the Brazilian people really wanted direct elections so we ceded to the democratic pressure of the people. We decided not to divorce ourselves from public opinion.’⁴⁰

³⁹ Alan Riding, “On TV, Brazil is Getting a Clearer Picture of Itself”, The New York Times. 10 de dezembro de 1984. p. A2.

⁴⁰ *Ibidem*.

O correspondente não deixa de mencionar em seu artigo o quanto o empreendimento de Roberto Marinho ganhou com a boa relação mantida com os militares, sendo beneficiado especialmente na construção da infraestrutura que posteriormente permitiria que seu “império” não tivesse concorrentes no país por muitos anos.

Conclusões

O papel dos veículos de mídia nacional na cobertura internacional no Brasil durante o Regime Militar serviu a múltiplas funções, sendo desde personagem, até pauteiro ou afetado pelos assuntos que os correspondentes internacionais decidiam tratar. Tendo importante acompanhamento por parte dos governos que influenciavam diretamente nas políticas da ditadura (como exemplo mais relevante o caso dos EUA), os jornais brasileiros acabaram por ser ativamente influentes na definição das relações internacionais neste contexto de Guerra Fria tardia.

Entre os múltiplos exemplos destacados por este artigo, pode-se observar que a labor jornalística nacional durante os anos de chumbo ocupou os mais diversos espectros, tendo isso amplificado pelos distintos espectros ideológicos internacionais dos veículos que as ecoavam, criando um *ethos* de discurso muito específico. A capilaridade e potência de discursos ideológicos e construções históricas de cada país/governo envolvidos nas diversas coberturas jornalísticas se mostra como rico material para estudo.

Bibliografia

- D'ÁVILA, Jerry. **Dictatorship in South America**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013.
- DUNNE, Michael. “Kennedy’s Alliance for Progress: Countering revolution in Latin America: Part I: From the White House to the Charter of Punta del Este”. **International Affairs**. Oxford, Volume 89, nº 6, 2013, pp. 1389-1409.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**: As ilusões armadas. Volume 1 da *Coleção Box Ditadura*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**: As ilusões armadas. Volume 2 da *Coleção Box Ditadura*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**: O sacerdote e o feiticeiro. Volume 4 da *Coleção Box Ditadura*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Volume 5 da *Coleção Box Ditadura*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica**: Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os Lobos**: Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LEVINSON, Jerome e ONÍS, Juan de. **The Alliance that Lost its Way**: A critical report on the Alliance for Progress. Chicago: Quadrangle Books, 1970.

MEDINA, Cremilda. **O Signo da Relação**: Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

RABE, Stephen G. **The Most Dangerous Area in the World**: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America. Londres: Chapel Hill, 1999.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.